contribuições retidas dos servidores (Art. 195, I e II, Art. 149, §1º e Art. 40, da CF/88); e, a incorreta apropriação dos encargos patronais, no exercício financeiro (Art. 50, II, da LRF); - R\$-500,00 (quinhentos reais), pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do FMS, no período de sua responsabilidade;

II - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.108, DE 02/06/2016

Processo nº 201506990-00 (850022004-00)

Origem: Câmara Municipal de Vigia de Nazaré

Assunto: Pedido de Revisão interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do Acórdão nº 20.936/2011/TCM, exercício de 2004

Interessado: Dunker Cardoso Chaves - (Ordenador)

Relator: Conselheiro Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa
EMENTA: Pedido de Revisão. Câmara Municipal de Vigia de Nazaré. Exercício de 2004. Pelo não seguimento do pedido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 391 e 392 dos autos.

Decisão: Negar seguimento ao presente Pedido de Revisão, nos termos do previsto no Art. 271, Parágrafo Único, do RITCM-PA (Ato nº 16/2013), por ser intempestivo.

ACÓRDÃO Nº 29.110, DE 07/06/2016

Processo nº 813972009-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Senador José Porfírio

Assunto: Prestação de Contas de 2009

Responsável: Antonio Carlos de Lima

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Senador José Porfírio. Exercício de 2009. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multa. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 370 a 377 dos autos.

Decisão: I - Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Saúde de Senador José Porfírio, exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Antonio Carlos de Lima, pelas seguintes irregularidades:

1) Agente Ordenador no montante de R\$-15.829,07 (quinze mil, oitocentos e vinte e nove reais e sete centavos), que deverá ser recolhido aos Cofres do Município, devidamente atualizado, no prazo de 60 (sessenta) dias;

2) Processo de Inexigibilidade de licitação irregular, uma vez que não foi comprovada a inviabilidade de competição, considerando a existência de mais de um fornecedor de combustível no Município, para despesas com o credor Posto ICCAR Ltda., no montante de R\$-42.740,60;

II - Determinar, ainda, que o Ordenador de Despesas recolha ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas, vencida neste item a Conselheira Mara Lúcia;

III - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.111, DE 07/06/2016

Processo nº 1342402010-00

Origem: Fundo Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - FUNCEL de Canaã dos Carajás

Assunto: Prestação de Contas de 2010

Responsável: Elson Ferreira Gomes

Relator: Cons. Subst. José Alexandre da C. Pessoa (Art. 19, II da LC nº 84/2012)

EMENTA: Prestação de Contas. FUNCEL de Canaã dos Carajás. Exercício de 2010. Pela regularidade, c/ ressalvas, das contas. Multas. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento devido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, às fls. 161 a 163 dos autos.

Decisão: Julgar regulares, com ressalvas, as contas do Fundo Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - FUNCEL de Canaã dos Carajás, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Elson Ferreira Gomes, sem prejuízo do recolhimento ao FUMREAP, das multas abaixo relacionadas, devendo ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$-778.788,92 (setecentos e setenta e oito mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos), após o recolhimento dos valores:

- R\$-3.000,00 (três mil reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º e 2º quadrimestres (IN - nº 001/2009);

- R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo saldo final apresentar-se insuficiente para cobrir os restos a pagar (Art. 1º, § 1º da LRF).

ACÓRDÃO Nº 29.114, DE 07/06/2016

Processo nº 201509873-00 (020022009-00)

Origem: Câmara Municipal de Acará

Assunto: recurso Ordinário interposto contra a decisão deste

Tribunal, objeto do Acórdão nº 26.581/2015/TCM, exercício de 2009

Interessada: Nailza da Silva Nascimento - (Ordenadora)

Relator: Cons. Subst. José Alexandre da C. Pessoa (Art. 19, II da LC nº 84/2012)

EMENTA: Recurso Ordinário. Câmara Municipal de Acará. Exercício de 2009. Pelo conhecimento e provimento parcial do recurso, para julgar regular, c/ ressalva, as contas. Multa. Expedição do Alvará de Quitação, após o recolhimento devido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, às fls. 377 a 380 dos autos.

Decisão: Conhecer do presente Recurso Ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para alterar a decisão contida no Acórdão nº 26.581/TCM-PA, de 09/04/15, para julgar regular, com ressalva, a prestação de contas da Câmara Municipal de Acará, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da Sra. Nailza da Silva Nascimento, a quem deverá ser espedido o competente Alvará de Quitação, no montante de R\$-1.574.292,18 (hum milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e dezoito centavos), após o recolhimento da multa no valor de R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pela não remessa dos contratos temporários para registro.

ACÓRDÃO Nº 29.124, DE 14/06/2016

Processo nº 440022008-00

Origem: Câmara Municipal de Marapanim

Assunto: Prestação de Contas do exercício de 2008

Responsáveis: Fernando Vilhena (período de 01.01 a 30.04.2008) e Otávio Nazareno de Assis (período de 01.05. a 31.12.2008)

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Art. 19, II, da LC nº 84/2012)

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Marapanim. Exercício de 2008. Contas Irregulares. Recolhimento ao erário. Multas. MPE para as providências cabíveis.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do voto do Relator, às fls.87 a 94 dos autos.

Decisão: I - Considerar Irregulares a prestação de contas da Câmara Municipal de Marapanim, no exercício de 2008, de responsabilidades dos Senhores Fernando Vilhena (período de 01.01 a 30.04.2008) e Otávio Nazareno Assis Torres (período de 01.05 a 31.12.2008), em razão da existência de falhas de natureza grave.

II - Proceder os seguintes recolhimentos:

Ordenador: Fernando Vilhena

Aos Cofres Municipais - R\$7.380,04, devidamente corrigido monetariamente, em razão do lançamento da conta agente ordenador.

AO FUMREAP (Lei nº 7.368/2009) a seguinte multa:

R\$ 1.000,00 pelo descumprimento do Artigo 50, Inciso II, da LRF e Artigo 56, da Lei Federal nº 4.320/64, com fundamento no Artigo 56, I, da LC nº 084/2012.

Ordenador: Otávio Nazareno Assis Torres

Aos Cofres Municipais: R\$ 1.067,26, devidamente corrigido monetariamente, em razão do lançamento da conta agente ordenador.

AO FUMREAP (Lei nº 7.368/2009) as seguintes multas:

R\$ 7.979,54 - correspondente a 30% aos vencimentos anuais, conforme o disposto no Artigo 5º, §1º, da Lei nº 10.028/00, face a não remessa do RGF do 2º quadrimestre.

R\$ 1.000,00 - pelo descumprimento do Artigo 50, Inciso II, da LRF e Artigo 56, da Lei nº 4.320/64, com base no Artigo 56, Inciso I, da LC nº 084/2012.

R\$ 1.000,00 - pela realização de despesa acima do total autorizado, descumprindo o Artigo 59, da Lei nº 4.320/64, com base no Artigo 56, Inciso I, da LC nº 084/2012.

ACÓRDÃO Nº 29.128, DE 14/06/2016

Processo nº 1342402012-00 (201214117-00)

Origem: Fundo Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - FUNCEL de Canaã dos Carajás

Assunto: Tomada de Contas - 2012

Responsável: Elson Ferreira Gomes

Relator: Cons. Subst. José Alexandre da C. Pessoa (Art. 19, II, da LC nº 84/12)

EMENTA: Tomada de Contas. Fundo Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - FUNCEL de Canaã dos Carajás. Exercício de 2012. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multa. Medida acautelatória. Inabilitação do Ordenador de exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública. Ofício aos cartórios de Belém e de Canaã dos Carajás, ao Banco Central do Brasil e DENATRAN. Inserção da decisão no Portal da Transparência. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e proposta de decisão do Relator, às fls. 116 a 120 dos autos.

Decisão: I - Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Cultura, Esporte e Lazer - FUNCEL de Canaã dos Carajás,

exercício financeiro de 2012, de responsabilidade do Sr. Elson Ferreira Gomes, sem prejuízo das seguintes sanções:

1) Recolhimento aos cofres municipais de R\$-403.552,60 (quatrocentos e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), corrigidos monetariamente, referente à conta Agente Ordenador, em face da omissão da prestação de contas dos recursos recebidos nos 2º e 3º quadrimestres;

2) Multa ao FUMREAP, com fulcro no Art. 57, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar nº 84/2012, no valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais), sendo R\$-5.000,00 (cinco mil reais) por cada uma das ocorrências: 1. omissão no dever de prestar contas do período de sua gestão (Art. 105, do RITCM/PA); 2. pela não comprovação dos demais dispositivos constitucionais, legais e regulamentares; e, 3. pelas transgressões jurídicas verificadas nos processos licitatórios e contratos encaminhados, de acordo com os pareceres jurídicos nºs 283, 284, 285 e 286/2014/7ª Controladoria/TCM-PA;

II - Determinar medida acautelatória, com fundamento no Art. 74, Inciso I, da Lei Complementar nº 84/2012, tornando indisponíveis, durante um ano, os bens do Sr. Elson Ferreira Gomes, em tanto quanto bastem, para garantir o ressarcimento aos cofres municipais, da importância de R\$-403.552,60 (quatrocentos e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos), referente aos recursos recebidos e não prestado contas;

III - Inabilitar o Ordenador de Despesas, Sr. Elson Ferreira Gomes, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública, pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos do Art. 56, II, da Lei Complementar nº 84/2012;

IV - Recomendar à Presidência deste Tribunal a expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis da Comarca de Belém e de Canaã dos Carajás, bem como ao Banco Central do Brasil e DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), comunicando a decisão e determinando a indisponibilidade dos bens e valores do Sr. Elson Ferreira Gomes;

V - Recomendar, ainda, à Presidência a inserção da decisão no Portal da Transparência, conforme estabelece o Parágrafo Único do Art. 289, do RI/TCM-PA, para conhecimento e adoção das providências pertinentes;

VI - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 29.130, DE 14/06/2016

Processo nº 442022008-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Marapanim

Assunto: Prestação de Contas de Gestão 2008

Interessado: JOSÉ AIRTON DA SILVA

Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas

EMENTA: FMS de Marapanim. Exercício Financeiro de 2008. Pela irregularidade. Recolhimento ao erário. Multas. Concessão de Medida Cautelar. Indisponibilidade de bens. Inabilitação a cargo em comissão ou função de confiança. Expedição de Ofícios.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da Sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls.88 a 95, dos autos.

Decisão: I - Pela irregularidade das contas de Gestão Fundo Municipal de Saúde de Marapanim, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Senhor José Airtton da Silva, ordenador de despesa, nos termos do Artigo 52, I e §2º, da Lei Complementar nº 25/94.

II - Proceder os seguintes recolhimentos:

Aos Cofres Municipais:

R\$ 394.537,68 referente ao lançamento da conta agente ordenador em função da não prestação de contas dos recursos recebidos no 2º e 3º quadrimestres/2008.

AO FUMREAP (Lei nº 7.368/2009) as seguintes multas:

R\$ 5.000,00, com base no Artigo 120-A, II e III, do RITCM- Pa, pela omissão do dever de prestar contas do valores recebidos nos 2º e 3º quadrimestres, contrariando o Artigo 70, Parágrafo Único, da CF/88.

R\$ 5.000,00, nos moldes do Artigo 120-A, II, Parágrafo Único, pela realização de despesas, no 1ºquadrimestre, sem o competente processo licitatório.

Medida Cautelar com fundamento no Artigo 74, I, da Lei Complementar nº 084/2012, tornando indisponíveis os bens do ordenador por prazo não superior a um (01) ano.

Inabilitação do ordenador para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança nos termos do Artigo 56, II, da LC nº084/2012.

Expedição de Ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca de Belém e de Marapanim, bem como, ao Banco Central do Brasil e DENATRAN.

ACÓRDÃO Nº 29.140, DE 16/06/2016

Processo nº 1370012013-00

Origem: Prefeitura Municipal de Marituba

Assunto: Prestação de contas de Gestão do exercício de 2013

Responsável: Wildson Araújo de Mello - período 01/01 a 12/05/13, Olenilson Augusto Pinheiro Serrão - período 13/05 a 15/05/13, Francisco de Oliveira Besteiro - período 16/05/ a 31/08/13 e Elivan Campos Faustino - período 01/09 a 31/12/13